

ATA NÚMERO 129/XIII/ 3.ª SL

Aos 17 dias do mês de julho de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, no exterior do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00 - Reunião com os chefes equipa demissionários do Centro Hospitalar Lisboa Central, requerida pelo BE, no Hospital de S. José;

12:15 - Reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Central, requerida pelo BE, no Hospital S. José;

14:00 - Visita ao Serviço de Urgêncías do Hospital de S. José, requerida oralmente pelo PSD.

10:00 - Reunião com os chefes de equipa demissionários do Centro Hospitalar Lisboa Central, requerida pelo BE, no Hospital de S. José

O Presidente da Comissão começou agradecer a possibilidade de realizar a reunião, na sequência da aprovação do requerimento do BE, para se conhecerem as razões que levaram chefes de equipa do Centro Hospitalar de Lisboa Central a apresentarem a demissão. A reunião decorreu na sala de reuniões do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Central (CACHLC), no Hospital de S. José, encontrando-se presentes os chefes de equipa demissionários. O Presidente cumprimentou os clínicos presentes, referindo que o objetivo da reunião é o de os ouvir, pelo que lhes deu de imediato a palavra, pedindo que se identificassem.

Para dar conta da situação, usaram da palavra os seguintes responsáveis:

Novo de Matos, chefe de cirurgia geral, que está em S. José há já 41 anos, contextualizou a situação, abordando, nomeadamente, a questão da diminuição de camas nos cuidados intensivos e o uso de telemedicina, que é impensável num hospital de ponta, ressaltando que a qualquer momento o problema pode explodir. Deu nota de que reuniram com o Ministro, que ficou ciente da situação, mas desconhece o que vai acontecer, sublinhando que os médicos não estão contra o CA, nem contra o Ministro, não sendo esta uma posição pessoal, mas pela defesa intransigente dos doentes e pela formação de jovens assistentes. Deve ser feita prevenção, para que nada aconteça.

Junta-se mapa com chefes de equipa da urgência cirúrgica



ATA NÚMERO 129/XIII/ 3.º SL

Hélder Viegas, chefe de equipa de cirurgia geral, agradeceu a vinda dos Deputados da Comissão de Saúde, o que demonstra o seu interesse pela situação. Esclareceu que, ao contrário do que foi dito pela Comunicação Social, não foi transmitido nem verbalmente nem por escrito que o pedido de demissão estava aceite, nem nas reuniões esse assunto foi abordado. Os chefes de equipa de medicina e de cirurgia não têm agenda política, o que fez avançar uma tomada de posição mais enérgica foi a vontade de melhorar o que nos últimos anos tem piorado. Fez um breve resumo das dificuldades ocorridas nos últimos anos, em termos dos recursos humanos existentes, admitindo que o problema existe há muito, mas que se vem agravando, havendo uma determinada altura em que a casa cai, metaforicamente falando. Parece que vão entrar 54 médicos, mas como já estavam a fazer formação no CHLC, não fica resolvido o problema. Frisou que a equipa demissionária mantém tudo, incluindo o pedido de demissão.

Ana Dias, chefe de equipa de medicina interna, corroborou o que foi dito, salientando que os problemas nesta área são um pouco diferentes dos anteriormente descritos, enfatizou a falta de diferenciação dentro da especialidade e a ausência de um plano de recursos humanos no hospital.

Teresa Fevereiro acrescentou que a falta de médicos faz com que se peçam exames desnecessários e implica ainda não conseguir dar apoio aos colegas em várias especialidades, nem aos doentes. Para além dos médicos formados na casa, se não forem contratados mais médicos, deixa de haver capacidade formativa, enfatizando que o grito de desespero foi o pedido de demissão.

Francisco Oliveira Martins esclareceu que a tomada de posição dos médicos foi pensada e pode servir de eco para o CA, tutela e Governo e Deputados, admitindo que há pequenos sinais de que vai ser tomada uma posição, que certamente será um controlo de danos. Julga que terão de ser reformulados determinados princípios, havendo necessidade de trabalhar em rede com os médicos de medicina geral e familiar. O funcionamento da urgência de S. José tem de ser reformulado, porque é um hospital de terceira linha, mas também de primeira e segundas linhas para a região e continua a ser um hospital de referência para algumas especialidades. Admitiu que a imagiologia e telemedicina foram a gota de água que fez transbordar o copo.

Para tecer considerações e pedir esclarecimentos, usaram da palavra os seguintes Deputados: Moisés Ferreira justificou a apresentação do <u>requerimento</u> tendo em conta



ATA NÚMERO 129/XIII/ 3.º SL

a gravidade da situação, ou seja o pedido de demissão de chefes de equipa, reconhecendo que, enquanto profissionais, têm feito um grande trabalho. Parece que a promessa de abrir 54 vagas é insuficiente e a fuga para a frente com a promessa de um novo hospital não resolve o problema, porque só daqui a seis anos estaria pronto. Perguntou qual é a evolução da degradação da prestação de cuidados, se as várias equipas estão reduzidas e se as vagas formativas diminuíram.

O Deputado Ricardo Baptista Leite, reconhecendo também o excelente trabalho dos profissionais, perguntou o que significa terem apresentado a carta de demissão e se o pedido se mantém, se há um levantamento das necessidades efetivas para dar uma resposta concreta e se o hospital tem condições técnicas para manter os níveis de referenciação. Tendo em conta que o CA nunca recebeu as chefias do hospital, perguntou se isso afeta as idoneidades formativas.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos agradeceu as informações. Antes de mais, e em nome do PS, evocou a figura do Dr. João Semedo, que morreu naquela manhã, prestando homenagem a um amigo e ex-Deputado. Entende a atitude tomada pelos chefes de equipa, porque chegaram a uma situação de desespero, e pensa que esta reunião terá consequências ao nível do debate político, considerando que há um esforço para resolver o problema, nomeadamente a possibilidade de contratar pelo menos 54 novos especialistas e, com a compreensão de todos, encontrar-se-á uma solução. Disse que o PS está disponível para dar voz às reivindicações e ajudar.

A Deputada Isabel Galriça Neto agradeceu a coragem e a tomada de posição dos médicos, considerando que os médicos precisam de tomar posições cívicas e de cidadania. Antes de prosseguir, invocou o Dr. João Semedo, um amigo, lamentando a sua morte. O CSD-PP discorda de alguma tentativa de menorização de uma realidade para a qual tem vindo a alertar e como o enquadramento social e económico mudou, esperava outro tipo de tomada de posição deste governo. Perguntou se a tutela foi informada sobre os resultados da sua política, que neste caso levou ao pedido de demissão dos chefes de equipa. Sabendo-se que não há recursos infinitos, perguntou se, do ponto de vista da capacidade instalada, há falta de camas e se há profissionais que as seguem e se há transporte de doentes entre os vários hospitais. Lamentou a falta de diálogo e que não sejam encontradas soluções adequadas ao momento, mesmo não sendo perfeitas.



ATA NÚMERO 129/XIII/ 3.ª SL

A Deputada Carla Cruz agradeceu as informações prestadas. Lembrou que o problema não é de agora, mas foi importante que os médicos fizessem um alerta em nome dos doentes e do SNS. Há mais de dois anos que o PCP alertou o CA para o problema, reconhecendo que têm sido tomadas medidas positivas, mas insuficientes, nomeadamente ao nível da contratação, pelo que é necessário tomar medidas urgentes. Os médicos seniores são imprescindíveis para formar os mais novos. Perguntou se, nas reuniões com o CA e com a tutela, foi dada alguma solução para a imagiologia, para a diminuição de camas dos cuidados intensivos, por falta de enfermeiros e de assistentes operacionais, e qual é o impacto que isso tem na assistência e no internamento, que avaliação fazem das idoneidades formativas nos diversos serviços e se pode estar comprometida.

Os esclarecimentos e as respostas às questões foram prestados por Jorge Penedo, Francisco Oliveira Martins, Paula Mano (assistente social), Teresa Fevereiro, Madalena Lisboa (chefe de equipa de medicina), Luisa Quaresma (subchefe de equipa de cirurgia), Novo de Matos e Heidi Grumer.

O Presidente da Comissão de Saúde agradeceu a todos os presentes as informações dadas e os esclarecimentos prestados, frisando que a reunião foi muito útil. Agradeceu o trabalho feito em defesa de um melhor SNS.

12:15 - Reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Central, requerida pelo BE, no Hospital S. José

O Presidente explicou que a reunião ocorre na sequência do requerimento apresentado pelo BE, que foi aprovado por unanimidade, informando que o PSD também apresentou um requerimento para a visita às urgências. Disse que a reunião com os chefes de equipa demissionários foi positiva, congratulando-se com a qualidade dos profissionais, que querem fazer parte da solução e colaborar com o CA para continuar a melhorar a prestação. Apresentou os Deputados e deu a palavra ao Conselho de Administração para uma intervenção inicial.

Ana Escoval, Presidente do Conselho de Administração do CHLC, que esteve acompanhada pelos outros membros do CA, Luís Manuel de Almeida Nunes, Diretor Clínico, Armandina do Carmo Antunes, Enfermeira Diretora, e Francisco António Matoso e António Manuel Nunes, Vogais Executivos, agradeceu a presença dos Deputados. Explicitou que os hospitais são os locais onde as pessoas se deslocam



ATA NÚMERO 129/XIII/ 3.º SL

quando não estão bem e que, no caso concreto do CHLC, para além dos seis hospitais serem dispersos, três deles estão de portas abertas e há a aspiração de um novo hospital, que demorará pelo menos seis anos a estar pronto. Perante este enquadramento, o CA tem de manter a resposta aos utentes, e dar continuidade ao trabalho. Enumerou alguns indicadores, falou das obras necessárias a fim de melhorar as instalações, no fundamental, e também reequipar e apostar nos recursos humanos, salientando que há especialidades onde apenas medeiam 16 anos entre o mais velho e o mais novo dos médicos. Reconheceu que no verão a situação se agrava devido às férias dos profissionais, que o CHLC formou 89 especialistas, que a tutela atribuiu 54 vagas ao Centro, mas com as contratações específicas pode atingir mais de 60, o que seria um limiar mínimo de renovação.

Para tecer considerações e pedir esclarecimentos, usaram da palavra os Deputados Moisés Ferreira que abordou a questão da demissão de chefes de equipa e dos problemas que a isso conduziram, bem como o encerramento de camas de cuidados intensivos por falta de profissionais. Pretende saber porque não se contratam profissionais de enfermagem nas diversas áreas e se não assegura a presença física de radiologistas; Ricardo Baptista Leite, que disse que a situação neste Centro Hospitalar é mais gravosa por ser um hospital de fim de linha, que as contratações não são suficientes para repor dois terços dos que saíram, que encerraram camas por falta de pessoal, querendo saber quais os profissionais que saíram e se os que entraram são suficientes para prestar os cuidados necessários; João Marques, que considera haver um problema estrutural, devendo a resposta ser dada agora, que constata que não são as 35 horas a razão do pedido das demissões e que os cuidados internos também estiveram na origem do problema, bem como a imagiologia, tendo perguntado qual será o caminho a seguir e se se manterá o mesmo nível de formação; Isabel Galriça Neto, que referiu que a reunião anterior foi sobre a falta de recursos humanos e a preocupação com a assistência aos doentes, havendo que encontrar soluções e delinear um caminho, que a colocação de 54 profissionais, caso estejam todos disponíveis, não chega para repor as saídas, que há problemas gerados pela aplicação das 35 horas, e isso nota-se nas urgências, exigindo que, perante uma realidade concreta, se diga que há respostas do CA e da tutela; Carla Cruz, que acompanha as preocupações manifestadas por estes profissionais demissionários, embora os problemas não sejam de agora. Foi referido que a demissão não teve a ver



ATA NÚMERO 129/XIII/ 3.º SL

com a aplicação das 35 horas, mas com a redução de camas por falta de profissionais. É positivo contratar mais 54 profissionais, mas serão insuficientes, perguntando se não há o risco de diminuírem as capacidades formativas no Centro Hospitalar, caso não haja reforço de profissionais. Perguntou ainda se na reunião com a tutela foi abordada a questão causada pela ausência de presença física na radiologia, quantos radiologistas existem e quantos seriam necessários para manter o serviço. A terminar, perguntou se o pedido de demissão dos chefes de equipa foi aceite.

A Presidente do CACHLC e os restantes membros do Conselho de Administração responderam às questões colocadas, frisando que não se deve organizar um hospital a partir das urgências, das quais só cerca de metade são verdadeiras urgências.

14:00 - Visita ao Serviço de Urgências do Hospital de S. José, requerida oralmente pelo PSD

A final, realizou-se uma breve visita ao serviço de urgências do Hospital, a qual contou com a presença do seu responsável, que agradeceu o empenho da Comissão em tomar conhecimento da situação aí vivida.

O Presidente da Comissão de Saúde agradeceu as informações dadas e os esclarecimentos prestados.

A reunião foi encerrada às 14:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 julho 2018.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



ATA NÚMERO 129/XIII/ 3.º SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz Isabel Galriça Neto João Marques José de Matos Rosa Maria Antónia de Almeida Santos Moisés Ferreira Ricardo Baptista Leite

